

A pedagogia da liberdade na Igreja da Lapa do Porto. As orações fúnebres nas exéquias anuais por D. Pedro IV

Francisco Ribeiro da Silva¹

Introdução

D. Pedro IV faleceu em 24 de setembro de 1834. O seu coração foi doado pelo próprio à cidade do Porto e entregue à guarda da Venerável Irmandade de Nossa Senhora da Lapa (VINSL) em 7 de fevereiro de 1835, por decisão de D. Maria II de 23 de janeiro de 1835². Do acontecimento ficou registada a notícia e a documentação autenticada no Livro 1.º de Atas da mesma Irmandade.

A partir desse ano até 1925, em todos os dias 24 de setembro³, a VINSL, em colaboração com a Câmara Municipal do Porto, mandou celebrar exéquias de aniversário do falecimento, com a pompa e o esplendor litúrgico adequados. Mas o entusiasmo e a adesão da população não terão sido uniformes. A partir de 1909, claramente há entidades convidadas que apresentam desculpas para a falta de comparência⁴.

1. Professor catedrático aposentado da Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Membro da Mesa Administrativa da Santa Casa da Misericórdia do Porto e da Irmandade da Lapa.

2. AHVINSL. Livro 1 de Actas, fls. 15-17v.

3. Excepcionalmente, num caso ou noutro, passou para o dia seguinte.

4. AHVINSL. Livro 6 de Actas, fl. 96.

No início dos anos 40 do século XIX, a Mesa Administrativa da VINSL, no intuito de assegurar meios para a continuidade da celebração e de não ficar dependente de conjunturas políticas variáveis ou de vontades duvidosas, lançou uma campanha de angariação de fundos junto dos municípios portugueses, que resultou na obtenção de um capital permanente de cerca de 3 contos de réis (menos 25% do que a previsão calculada), soma convertida em ações do Banco Comercial do Porto⁵. Os juros resultantes e o subsídio anual (com falhas num ou noutro ano) da Câmara Municipal do Porto (100 000 réis) davam mal para fazer face às despesas de cada ano, as quais nos meados do século XIX andavam pelos 330 000 réis⁶. Porém, em 1925, o Banco Comercial do Porto faliu, sendo sujeito a «ruinosa liquidação». Por isso e talvez também pelo desgaste da memória no passar do tempo, desapareceu a pompa do sufrágio anual por D. Pedro IV. Durante algum tempo ainda se celebrou uma missa simples no dia do aniversário. Depois nem isso.

Da celebração exequial fazia parte indispensável a oração fúnebre, para cuja recitação eram escolhidos oradores sagrados de prestígio, uns convidados, outros acolhidos por se terem oferecido voluntariamente. Embora houvesse meios para pagar o estipêndio devido, grande parte dos pregadores nada quis receber.

Em 1844, as bases de um contrato entre a VINSL e a Câmara Municipal, que esta, aliás, nunca subscreveu formalmente, previam que a elaboração do convite para as exéquias tanto podia ser da iniciativa da Irmandade como da Câmara Municipal, mas estipulava-se que o orador «nunca poderá discursar em sua oração senão em honra e louvor do Heroe a quem as exéquias são dedicadas, cuja particularidade lhe será precisamente recomendada pela Corporação que der a Oração»⁷. Em geral, os oradores aceitavam de bom grado aquela imposição temática e alguns até aproveitavam para publicamente se ufanarem da herança paterna da sua opção política liberal⁸.

Mas conhece-se uma quase exceção: a do Padre José Pereira Leite que, embora liberal e repetente no papel de orador das exéquias, foi criticado e até acusado de

5. Pormenores sobre esta operação podem ser colhidos no meu estudo SILVA, 2001.

6. AHVINSL. Livro 1 de Actas, fl. 117v.

7. SILVA, 2001: 274.

8. Francisco José Patrício que fez a oração fúnebre em 24 de setembro de 1874 achou por bem informar a assembleia de que seu pai foi um dos expatriados de 1828. E em 25 de setembro de 1865 Augusto César da Cunha Meneses, declarando que amava a liberdade como crença de família, declarou ainda que o pai fora um dedicado companheiro de D. Pedro IV nas lides da guerra e o ensinara a «venerar sempre o Homem Grande a quem devemos tanto».

«reacionário» em virtude dos conteúdos da oração proferida em 24 de setembro de 1872. O teor das censuras depreende-se da defesa que o visado se achou na obrigação de redigir. Efetivamente, face aos rumores que corriam, o sacerdote obrigou-se a escrever uma carta à Mesa da VINSL na qual, depois de reafirmar as suas convicções liberais, explica que, de facto, não pregou a intolerância em nome da Liberdade; que, propositadamente, evitou falar do período de 1828 a 1833 porque entendia que, para construir as bases de uma nação forte e populosa, era imperioso esquecer esse passado doloroso e fraturante. E não recebeu contra-atacar, lançando a denúncia de que os partidos se interessavam mais pelo bem-estar dos seus adeptos do que pelos verdadeiros interesses da nação. Por último, respondendo a uma crítica de pormenor, explicou que falou menos de D. Pedro IV do que das instituições que fazem querida a sua memória, porque seria descabido um sermão de lágrimas pelo Imperador, pela simples razão de que «não há saudades que resistam tanto tempo»⁹.

De qualquer modo, acrescenta, decidira não publicar o sermão, ao contrário do que acontecera em 1863¹⁰.

Na verdade, a regra era que a oração fosse publicada, havendo notícia da entrega de originais manuscritos à Mesa da VINSL para o efeito.

1. As orações fúnebres nas exéquias de D. Pedro IV

1.1. O que é uma oração fúnebre?

Parece lógico que, pela sua natureza e pelos objetivos de quem os encomendava, estes discursos tendessem a ser elogios da personalidade cuja alma se sufragava. A propósito, Frei Marco Vaz Preto, Arcebispo eleito de Lacedemónia, na oração fúnebre que recitou no dia 24 de setembro de 1835, na Igreja de S. Vicente de

9. Não parece ser da mesma opinião Francisco José Patrício, que, dois anos depois, em 1874, afirma na sua Oração que o tempo tudo destrói no ímpeto da sua passagem, mas ainda não conseguiu apagar a memória augusta do Rei-Soldado.

10. Fora o orador em 24 de setembro de 1863 e pedira à Irmandade 40 exemplares da sua oração impressa. (Arquivo Histórico da Irmandade da Lapa).

Fora¹¹, em Lisboa, no primeiro aniversário do falecimento de D. Pedro IV, definiu assim o género «oração fúnebre»:

*uma Oração funebre não é outra cousa que um Processo, que se forma sobre a vida e acções do Heroe morto. O Orador expõe e refere os factos brilhantes, que o Heroe praticou, a verdade preside a esta exposição. E deve o Orador rebater as arguições, se algumas se tem feito. O Povo escuta, decide. Elle é o juiz*¹².

Por conseguinte, defesa do herói sufragado, laudatória mas sem excluir a verdade nem a dialética, que o povo escuta e julga.

Tal entendimento não era unânime entre os oradores. Havia quem entendesse que a celebração exequial não era bem uma comemoração fúnebre, mas antes ocasião de festa nacional, festa da religião no pressuposto de que a liberdade é filha da religião. (Manuel Ribeiro de Figueiredo, oração fúnebre de 24 setembro de 1867).

Tendo isto em conta, propus-me trazer a este Colóquio a análise de algumas peças de oratória, proferidas naquele ato litúrgico de 24 de setembro, na intenção de averiguar quais as ideias-força desses discursos laudatórios e se essas ideias-força seguiram ou constituíram um modelo tacitamente obrigatório e repetido e qual a sua força pedagógica.

Ao colocar assim a questão, tenho em mente um artigo inovador de Fernando Catroga, escrito nos anos 90 do século passado, no qual o autor teorizou sobre a tentativa de se lançar e desenvolver culto cívico a D. Pedro IV integrado na construção da memória liberal e consagrado no panteão nacional¹³. O autor integra as orações fúnebres na Igreja da Lapa neste propósito.

Fernando Catroga não foi o único investigador que se interessou pela oratória sagrada ligada à figura de D. Pedro IV. O saudoso colega Prof. João Francisco Marques, em 1998, num congresso efetuado, no Porto, para comemorar os 200 anos do nascimento de D. Pedro IV, já citado, debruçou-se sobre a sermónia das missas de aniversário da sua morte, na Igreja da Lapa, elegendo como objeto de estudo três orações fúnebres proferidas pelo Padre Domingos da Soledade Sillos nos anos consecutivos de 1843, 1844 e 1845. João Marques parece concordar

11. PRETO, 1835.

12. PRETO, 1835: 8.

13. CATROGA, 1990: 445-470.

com a análise de Catroga na medida em que, genericamente, entendeu aqueles sermões como instrumento de «mitificação da imagem do rei-soldado»¹⁴. Segundo o autor, as palavras proferidas pelo frade franciscano e prior da Matriz de Vila do Conde, mais do que expressão das suas convicções religiosas, sugerem o seu compromisso político e ideológico.

1.2. As orações fúnebres

1.2.1. As fontes

As peças de oratória que analisaremos são seis. O número de textos e o critério de escolha do *corpus* documental obedeceram apenas a razões pragmáticas. São seis porque foram seis as peças a que tivemos acesso, nem sempre fácil: uma delas colhemo-la *online*¹⁵. As cinco restantes fazem parte do Arquivo Histórico da Irmandade da Lapa ou da minha coleção de publicações sobre a Irmandade da Lapa¹⁶.

1.2.2. O modelo estrutural

As seis orações fúnebres obedecem a um esquema estrutural lógico, talvez comum ao tempo, constituído pelo exórdio e pela oração propriamente dita, que se divide em duas partes (às vezes apenas uma), e pela conclusão. Quanto à conclusão ou epílogo, ela percebe-se em todas as peças analisadas, mas integra-se no desenvolvimento do discurso, sem constituir, sob o ponto de vista formal, um *item* autónomo. Provavelmente o modelo das que trago aqui não obedecia a qualquer cânon estético ou literário, antes seria sugerido e desenvolvido segundo a prática corrente da oratória sagrada da época. Acredito, no entanto, que a citada *Oração Fúnebre* pronunciada pelo Arcebispo eleito de Lacedemónia, em 24 de setembro de 1835 na Igreja de S. Vicente de Fora, dado à estampa nesse mesmo ano pela Imprensa Nacional e, por isso, facilmente acessível, possa ter inspirado não só algum ou alguns dos oradores, como pode estar na génese do sugerido culto cívico a D. Pedro IV, de que fala Fernando Catroga. E por que não

14. MARQUES, 2001: 385-400.

15. SILVA, 1840.

16. São elas: BARBOSA, 1847; MATEUS, 1861; MENESES, 1865; FIGUEIREDO, 1867; PATRÍCIO, 1875.

a Oração Fúnebre pelo Vigário Luís Moreira da Silva, proferida em 15 de outubro de 1834 na Igreja Privativa da Misericórdia do Porto¹⁷?

1.º O exórdio

Em todas as orações aqui consideradas, que vão de 1839 a 1875, o orador parte de uma citação bíblica breve, sempre do Antigo Testamento¹⁸, de preferência do 1.º Livro dos Macabeus, proferida em latim (apenas duas vezes o versículo latino foi seguido de tradução livre, adaptada, em vernáculo). A frase canónica introduz o ouvinte no ambiente em que o orador se vai movimentar, em geral em torno de um protagonista bíblico que sugerisse uma comparação fácil ou uma aplicação ao herói que se propunha exaltar. Ora, no exórdio anuncia-se o objetivo da Oração e nele sempre emerge a intenção de proclamar e exaltar a figura de D. Pedro IV. No entanto, os oradores sabem que falar sobre D. Pedro é correr o risco de entrar em áreas não consensuais e, por isso, quase todos evocam a sua condição de sacerdotes para se obrigarem à independência e à isenção e confessam que não podem incitar ao sectarismo, ao ódio e à divisão, mas sim à reconciliação entre os portugueses. Alguns sentem até a necessidade de proclamar que rejeitam a mentira gratuita e o elogio sem bases.

Um dos oradores saúda os Ilustres Mesários da Respeitável Irmandade da Lapa, agradece o convite e pede indulgência do Bispo da Diocese, ali presente. (Velho de Barbosa).

2.º O desenvolvimento

Os Oradores partem do pressuposto que a heroicidade de D. Pedro IV é um dado adquirido e indiscutível. Para todos o Duque de Bragança é um «Grande Homem». No desenvolvimento, a História é a principal fonte de inspiração, sobretudo a História mais recente do país, mas também a das figuras mais emblemáticas da História de Portugal, no entendimento, não raro, de que Portugal foi e é abençoado por Deus e de que a Providência suscita o herói adequado a cada época. A convicção do orador quanto à singularidade positiva de D. Pedro de

17. SILVA, 1835.

18. Eis a indicação das citações bíblicas inspiradoras de cada um dos Oradores: Luís Moreira Maia da Silva, 1839, Liv. 1.º *Macabeus*, 9, 20-21; António do Carmo Velho Barbosa, 1847, Liv. 1.º *Macabeus*, 6, 44; Joaquim Alves Matheus, 1860, *Eclesiastes*, 37, 29; Augusto César Meneses, 1865, *Sabedoria*, 8, 10-13; Manuel Ribeiro de Figueiredo, 1867, Liv. 1.º *Macabeus*, 9, 21; Francisco José Patrício, 1874, Liv. 1.º *Macabeus*, 6, 1.

Bragança e da bondade do sistema liberal estão presentes em todos os discursos aqui analisados, sem exceção, como pormenorizaremos abaixo.

3.º A conclusão

Na conclusão, os oradores aproximam-se uns dos outros nos apelos finais que dirigem aos ouvintes e aos eventuais leitores. Assim, Luís Maia da Silva em 1839, em tempo próximo da morte de D. Pedro, suplica a Deus que afaste dos portugueses a «eiva dos partidos» e o contágio da cisão entre os membros da família lusitana, cujos polos de congregação, na sua opinião, haveriam de ser a lei e religião. Velho de Barbosa, em 1847, pede «aos cidadãos de todos os partidos... sem ferir o melindre ou opiniões d'alguém... em nome da Patria, em nome do Amigo, por quem correm nossas lagrimas...que vos esqueças d'antigos preconceitos». Mateus, em 1860, afirmará que discórdia é ruína e morte. Meneses, em 1865, pede aos portugueses que, perante o mausoléu do coração de D. Pedro, se abracem fraternalmente. Patrício, em 1874, apelará ao amor pela Liberdade como fator de congregação nacional.

2. Conteúdo das orações fúnebres: principais linhas de força

2.1. O elogio de D. Pedro

Todos os oradores, sem exceção, exaltam a figura de D. Pedro IV, como era de esperar.

Velho de Barbosa, por exemplo, pronuncia 48 vezes o nome de D. Pedro ou D. Pedro IV, fazendo grafar todas as letras em maiúsculas no texto publicado.

Mas que elogios em concreto?

Elogio da pessoa e das suas qualidades: homem culto, polido de caráter, estudioso e reflexivo acerca das nações que entende visitar, espírito aventureiro, dotado de sensibilidade e tato político, dono de um coração magnânimo e bondoso. (Luís Silva)

Conhecedor da História e dela intérprete perspicaz por ter percebido a importância da Liberdade neste século. (Mateus)

Abnegado e desprendido do poder, por ter renunciado a duas coroas. (Mateus, Figueiredo, Velho de Barbosa e Patrício). A renúncia às duas coroas é aproveitada por todos.

Amigo do mérito e premiado da virtude. (Luís Silva)

Corajoso — de que fazem prova as frases lapidares que lhe são atribuídas: «vencer ou morrer». Ou estoura: «Amigos, a bala que me deve matar ainda não está fundida». (Meneses)

Generoso porque perdoou aos inimigos da Liberdade. (Meneses)

Grande Homem — todos os Oradores.

O maior amigo dos Portugueses porque nos conquistou a Liberdade. (Velho de Barbosa)

Pedro o Grande, Homem Forte. (Meneses)

O mais prestante dos seus filhos [da Pátria]. (Patrício)

Herói da Liberdade. Maior Amigo dos Portugueses. A dádiva da Carta Constitucional, presente em todos, é muito valorizada por Velho de Barbosa.

Um dos maiores homens que passou pela terra. A D. Pedro devemos Pátria, Civilização e Liberdade. (Luís Silva)

Príncipe religioso, príncipe católico. A faceta da religiosidade é enfatizada por quase todos, na esteira do Arcebispo eleito de Lacedemónia no seu discurso de 24 de setembro de 1835 na Igreja de S. Vicente de Fora, na intenção clara de ripostar aos que o acusavam de maçonaria, irreligiosidade e anticlericalismo.

D. Pedro, herói das linhas do Porto. (Meneses)

D. Pedro, o herói nacional ao lado de outros heróis de outros países como Washington, Garibaldi e Brutus na república romana. (Mateus). O mesmo afirmará que D. Pedro amava Portugal como ninguém jamais amou.

Um ponto comum a todos é a afirmação de que D. Pedro foi o defensor e restaurador da Liberdade.

A propósito da Liberdade e para avaliar o peso que a ideia de Liberdade tem em todas estas orações, elaborei uma estatística do uso da palavra. Não considere termos afins como o adjetivo «livre» ou o verbo «libertar» ou o substantivo «libertador». Eis os resultados:

Luís Moreira Maia da Silva, em 1839, pronunciou a palavra apenas 8 vezes, mas rotulou D. Pedro de «O Salvador da Liberdade».

Velho de Barbosa, em 1847, e Joaquim Alves Matheus, em 1861, proferem-na cada um 29 vezes;

Augusto César da Cunha Meneses, em 1865, usa-a 19 vezes;

Manuel Ribeiro de Figueiredo, em 1867, 20 vezes;

Francisco José Patrício, em 1875, 16 vezes.

Nenhum destes, contudo, se aproximou de D. Marcos Vaz Preto, Arcebispo eleito de Lacedemónia que, em 1835, na oração fúnebre já citada e claramente mais longa, pronunciou o termo 43 vezes.

Mas que tipo de Liberdade? Alguma definição¹⁹?

Para grande parte dos Oradores, a palavra Liberdade significa a liberdade política que resulta de se viver debaixo de um regime liberal, pautado por uma Constituição que impõe a igualdade de todos perante a lei, em que não há vassalos, mas sim cidadãos livres, o oposto ao regime absolutista, olhado aqui como regime de tirania. Mas há quem afirme que a Liberdade é o ponto de convergência da liberdade dos filósofos com a liberdade dos revolucionários (Figueiredo). Acrescentarei que para o Arcebispo eleito de Lacedemónia, o conceito de Liberdade abarcava também a liberdade de consciência e a liberdade de pensamento.

Noutro registo, Figueiredo afirma que a Liberdade é filha de Deus e filha da Religião. Esta ideia é repetida por outros. Há ainda quem afirme que a Liberdade é a segunda religião da nossa alma (Patrício e Mateus) e associe o conceito à tolerância e à dignidade humana (Mateus). Mateus associará ainda Religião, Liberdade e Pátria. Patrício proporá outra trilogia — Amor, Liberdade e Justiça — como as bases da verdadeira civilização.

Velho de Barbosa distingue entre liberdade ilimitada (que reprova) e a liberdade compatível com o bem-estar social. Defende a liberdade de imprensa, a liberdade de cada um dizer livremente o que entende, mas pede uma lei para coartar os abusos no uso da Liberdade.

2.2. Portugal, país abençoado

A ideia antiga de que Portugal é um país abençoado por Deus aparece recuperada em vários sermões, como ficou dito acima. Como tal, a afirmação de que a Providência dá ao reino os heróis de que este necessita nos momentos de

19. A Constituição de 1822, no seu art.º 2 define assim a liberdade: «A liberdade consiste em não serem obrigados a fazer o que a lei não manda, nem a deixar de fazer o que ela não proíbe. A conservação desta liberdade depende da exata observação das leis.» A liberdade de pensamento e de expressão no art.º 7.

crise, desde Aljubarrota, passando pelas Invasões Francesas (aqui, para Figueiredo, o herói foi Wellington) até ao período de tirania e «despotismo feroz», o que vai de 1828 a 1833, na expressão de Meneses. D. Pedro foi um ser predestinado. Meneses acrescentará que a Providência, querendo transformar o povo português, suscitou este homem extraordinário. Luís Maia da Silva entende como um milagre as vitórias conseguidas por D. Pedro, tendo em conta a desproporção de forças utilizadas face aos adversários. E afirma que a Divindade andou aqui. Mão de homem não podia tanto. E remata: de século a século aparecem tais homens.

2.3. Exaltação dos lugares por onde passou D. Pedro de Bragança na luta pelo Liberalismo

O primeiro e mais icónico lugar é a cidade do Porto. Os elogios brotam do contexto e das circunstâncias do Cerco do Porto, mas há oradores que mergulham nos séculos passados para apontarem o burgo ora como Terra das imunidades civis, ora como exemplo de vigor nas lides do comércio e da indústria e ainda como glorioso e antigo paladino da Liberdade (Patrício). Meneses lembrará o *cliché* de que o Porto fora em todos os tempos estrénuo defensor da Liberdade. «E tu, ó Porto invicto, ó Pátria da Liberdade Portuguesa», proclamará Velho de Barbosa.

A relação de Pedro de Bragança com a cidade é, pois, vista e enquadrada na perspetiva do Cerco e há dois oradores (Mateus e Patrício) que, inspirados no poema de Homero, chamam ao Porto a *Ilíada* de Pedro, no intuito de compararem os feitos do Rei-Soldado com os do herói Aquiles, na guerra de Troia. Outros comparam a resistência da cidade do Porto a outras cidades que, na história antiga, resistiram heroicamente perante invasores: Sagunto, Numância (Mateus) e Siracusa (Meneses). Figueiredo optou por enaltecer o papel ativo das mulheres no Cerco do Porto, comparando-as com as mulheres do 2.º Cerco de Diu, em 1558. Velho de Barbosa, evocando igualmente o cerco de Diu, lembrará «que no Porto também havião *Castros*».

Luís Maia da Silva foi mais prosaico, mas realista: se o berço dera o trono a D. Pedro, foi a cidade do Porto que lho manteve.

Por outro lado, nesta oratória petrina sublimam-se os afetos mútuos, relevando-se naturalmente a doação do coração à cidade e a gratidão dos portuenses, que foi expressa de muitos modos, mas de forma mais visível e pública pelo monumento que se lhe ergueu na cidade, em 1866. Em 1839, Luís Maia da

Silva proclamava que a gratidão impunha que se lhe erigisse um monumento. Em 1865, um ano antes da inauguração, Meneses afirma o simbolismo do local da implantação da estátua visto que, alguns lustros atrás, havia-se aí erguido a força onde padeceram os 12 mártires da Liberdade. Para Figueiredo, em 1867, o monumento era uma homenagem à Liberdade na pessoa de D. Pedro.

Mas, para além da Invicta cidade, «cidade eterna», também a ilha Terceira, Mindelo, Arnosa de Pampelido, Algarve, Lisboa, Amarante, Viseu, Coimbra, Asseiceira, Évora-Monte são locais mencionados no itinerário épico da luta pela Liberdade.

2.4. D. Miguel – presença subentendida

Não li o nome de D. Miguel em nenhuma das orações fúnebres. E não creio que algum dos Oradores o tenha sequer pronunciado. Mas nenhum o ignorou. Os sacerdotes que aludem à usurpação, à tirania, ao despotismo estão a pensar em alguém. Luís Maia da Silva, em 1839, aponta o dedo ao usurpador e ao tirano, fala das feridas abertas pelo perjúrio e pela usurpação e começa o seu discurso com o dedo apontado: «quando a nação inteira estava curvada ao jugo de um Tirano, apoiado pelos Gabinetes europeus de maior peso». Patrício em 1874, 35 anos depois, alude ao mancebo inexperiente e cego que levantou mão sacrílega contra seu pai, guiado pelos inimigos da Liberdade. Mas acrescenta que o príncipe era digno de melhor sorte. Meneses, em 1865, recorda os «calamitosos tempos do domínio de um despotismo feroz», mas, em nome do perdão já concedido pelos portugueses, recusa narrar «as cenas cruentas» que mediaram desde a época da nossa primeira Constituição até aos felizes tempos em que a Liberdade voltou. Figueiredo, um entusiasta da revolução francesa, é mais brando na linguagem, referindo-se, em 1867, às «duas vezes» em que anoiteceu sobre os defensores da nossa Liberdade, uma em 1823 e outra em 1828.

Desta forma D. Miguel mantém-se atravessado nos discursos, mesmo depois de já ter falecido no exílio (1866). E também os seus sequazes e adeptos, visto que a reconciliação nacional a que todos apelam não se dirigia apenas aos grupos antagónicos de constitucionais, mas também aos que se mantiveram absolutistas e miguelistas.

2.5. As referências ao Brasil

Mateus — chama ao Brasil «esse gigante dos trópicos».

Figueiredo — refere-se ao Brasil elevado à categoria de Reino em 1816 pelo senhor D. João VI. E acrescenta: naquele país do novo mundo onde a claridade do sol é afogueada; onde se destacam penedias alpestres, talhadas a pique, que ameaçam tocar as nuvens; onde a viração tépida passa por entre multidões de árvores gigantescas, país da fertilidade e das pérolas, do belo e do grandioso.

Patrício admira o opulentíssimo Império do Brasil.

Meneses sugere que o Senhor D. Pedro, levado ao Brasil por uma sucessão de acontecimentos correlativos ao vulcão que incendiou a Europa e o mundo no princípio deste século, dera uma generosa independência aos filhos do Império alumiado pelo Cruzeiro do Sul...

Luís Maia da Silva — referencia D. Pedro como o Herói dos dois mundos que, estando em solo brasileiro, ouviu os clamores dos portugueses e veio em pessoa quebrar nossos ferros.

2.6. O recurso à história recente

Há oradores (Patrício e Meneses) que gostam de comparar a Revolução Liberal portuguesa com a Revolução Francesa para sublinhar, com um ou outro pormenor, que, entre nós, não se verificaram os excessos desumanos do vulcão revolucionário francês. O mesmo orador, no ardor dos seus 24 anos, não hesitará em afirmar que a revolta de 1828, no Porto, foi o brado de indignação contra as torpezas da tirania. Mateus em 1860 lembra as páginas negras de 1828 a 1832, não no intuito de reabrir feridas nem para excitar paixões políticas, mas apenas para narrar as ocorrências. O tema do Cerco do Porto é comum a todos os oradores.

Conclusão

Nas seis peças que aqui foram analisadas, D. Pedro IV é tratado como um herói. Em primeiro lugar, como herói no campo de batalha que foi o Cerco do Porto. Mas também como consequência disso, o herói que restituiu a Liberdade ao povo, depois de lhe ter dado a Carta Constitucional. E também o herói que, pelo

seu exemplo de generosidade para com os vencidos, merecia converter-se no fator de reconciliação e congregação dos Portugueses.

Constitui tudo isto uma estratégia de mitificação e até de «canonização cívica» do Herói, para melhor atuar como fator de consolidação do novo regime constitucional? Talvez. Sob o ponto de vista dos oradores, parece não haver outra leitura. Na verdade, por um lado, os panegiristas não poupam nas palavras para, na pessoa do Duque de Bragança, festejar a restauração da Liberdade e, por outro, em nenhum dos oradores há qualquer referência ou comentário menos abonador das virtudes e qualidades do herói. Os defeitos não eram para ali chamados. Acrescente-se que a celebração de D. Pedro IV na Igreja da Lapa, onde se guarda o seu coração, prolongou-se por 90 anos consecutivos, para além da vigência da monarquia constitucional.

Será que a oratória sagrada num templo de uma cidade que não é a capital, feita uma vez por ano perante o mausoléu do coração, teria força suficiente para consagrar e fazer de D. Pedro IV um herói nacional intemporal? Dificilmente! Na verdade, D. Pedro de Bragança nunca foi verdadeiramente consensual.

Como quer que seja, as orações fúnebres eram elogios públicos, em cerimónia litúrgica pomposa, perante as autoridades civis, municipais, militares, por vezes na presença do Bispo da Diocese e sempre perante muito povo. Naquela Igreja, na presença do coração do herói, durante quase um século, uma vez por ano, ensinava-se e exaltava-se o valor da Liberdade. Isso fez da Igreja da Lapa do Porto o templo da pedagogia da Liberdade.

Aliás, creio que, ao menos na cidade do Porto, a boa aura de D. Pedro nunca desapareceu, ajudada pela estátua imponente da Praça da Liberdade, inaugurada em 1866, 32 anos depois da sua morte. Acrescentarei que em 1878, quando foram trasladados os restos mortais dos 12 Mártires da Liberdade, desde a Galeria da Misericórdia, na Rua das Flores, onde haviam sido sepultados em 1836, até ao talhão da Santa Casa da Misericórdia do Porto (SCMP), no Cemitério do Prado do Repouso, a adesão da população portuense ao cortejo e ao que ele significava foi maciça e entusiasta, surpreendendo tudo e todos.

Passados 200 anos, estará a figura do Rei-Soldado esquecida? Não me parece. Mas o seu feito carece de ser lembrado. Os dois séculos da Revolução Liberal, que se completam neste ano de 2020, obrigam-nos a nós portuenses e portugueses a revisitá-lo. A Liberdade é um valor perene verdadeiramente indispensável!

O Porto não pode esquecer-lo. Na toponímia urbana tripeira há outras figuras do Liberalismo mais celebradas que D. Pedro, mas, por outro lado, nenhuma tem estátua que se lhe equipare. Também é verdade que o coração desapareceu do brasão do Porto em 1940, mas não por opção dos portuenses. Todavia, ficou e permanece bem visível no emblema do clube desportivo mais representativo da Cidade. Inesperado? Antes, curioso e interessante!

Fontes e Bibliografia

Fontes

Arquivo Histórico da Venerável de Nossa Senhora da Lapa

AHVINSL. Livro 1 de Actas, fls. 15-17v, 117 v,

AHVINSL. Livro 6 de Actas, fl. 96.

BARBOSA, António do Carmo Velho de (1847). *Oração Funebre do muito alto, e poderoso Senhor D. Pedro IV, Rei, e Regente de Portugal, e Duque de Bragança, que no dia 24 de Setembro de 1847, nas annuaes Exequias que a Irmandade da Real Capella da Lapa da Cidade do Porto tributa à memoria de tão grande Principe*. Porto: Tipografia de Gandra & Filhos.

FIGUEIREDO, Manuel Ribeiro de (1867). *Discurso que, no trigésimo terceiro anniversario da Morte de Sua Magestade Imperial, o Senhor Dom Pedro Quarto, celebrado no Porto na Real Capella de Nossa Senhora da Lapa em 24 de Setembro de 1867, recitou Manoel Ribeiro de Figueiredo, professor de latim em Santo Tyrso*. Porto: Tipografia de António José da Silva Teixeira.

MATEUS, Joaquim Alves (1861). *Oração Funebre que nas Exequias de Sua Magestade Imperial o Senhor D. Pedro IV, celebradas no Porto na Real Capella de Nossa Senhora da Lapa, recitou a 24 de Setembro de 1860, Joaquim Alves Matheus, Bacharel formado em Theologia*. Porto: Tipografia do Diario Mercantil.

MENESES, Augusto César da Cunha (1865). *Elogio Funebre que nas Exequias de Sua Magestade Imperial o Senhor D. Pedro IV, celebradas na Real Capella de Nossa Senhora da Lapa, recitou em 25 de Setembro de 1865 o presbytero Augusto Cesar da Cunha Menezes*. Porto: Tipografia de António José da Silva Teixeira.

PATRÍCIO, Francisco José (1875). *Elogio Funebre que nas Exequias de Sua Magestade Imperial o Senhor D. Pedro IV celebradas no Porto na Real Capella de N. Senhora da Lapa a 24 de Setembro de 1874 (quadragésimo anniversario) recitou Francisco José Patricio, pregador régio*. Porto: Tipografia Central.

PRETO, Marcos Pinto Soares Vaz (1835). *Oração funebre do muito alto e muito poderoso Senhor Dom Pedro d'Alcantara de Bragança e Bourbon Imperador do Brasil, Rei de Portugal, e Duque de Bragança recitada na Igreja de São Vicente de Fora em 24 de Setembro de 1835, primeiro anniversario da infausta morte daquelle Augusto Principe, nas magnificas e pomposas exequias, que Sua Magestade Fidelissima a Senhora Dona Maria II mandou alli fazer*. Lisboa: Imprensa Nacional.

SILVA, Luís Moreira Maia da (1835). *Oração Funebre nas Exequias de S.M.I. o Senhor D. Pedro d'Alcantara, de Bragança e Bourbon, Duque de Bragança, e Regente de*

Portugal, na Santa Casa da Misericórdia do Porto em 16 de Outubro de 1834. Porto: Imprensa de Gandra & Filhos.

SILVA, Luís Moreira Maia da (1840). *Oração fúnebre nas exéquias de S.M.I. o Senhor D. Pedro, Duque de Bragança e Regente de Portugal, recitada na Igreja de N. Senhora da Lapa da Cidade do Porto, em 24 de Setembro de 1839*. Porto: Tipografia de Faria & Silva.

Bibliografia

CATROGA, Fernando (1990). *O Culto Cívico a D. Pedro IV e a Construção da Memória Liberal*. «Revista de História das Ideias». 12, 445-470.

MARQUES, João Francisco (2001). *A pregação fúnebre na Igreja da Lapa no aniversário da morte de D. Pedro IV: os sermões do P. Domingos da Soledade Sillos*. In PORTUGAL. Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses et al., org. *D. Pedro Imperador do Brasil, Rei de Portugal: Do Absolutismo ao Liberalismo. Actas do Congresso Internacional*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, pp. 385-400.

SILVA, Francisco Ribeiro da (2001). *Pedro IV e a Venerável Irmandade de Nossa Senhora da Lapa da Cidade do Porto*. In PORTUGAL. Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses et al., org. *D. Pedro Imperador do Brasil, Rei de Portugal: Do Absolutismo ao Liberalismo. Actas do Congresso Internacional*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, pp. 253-281.